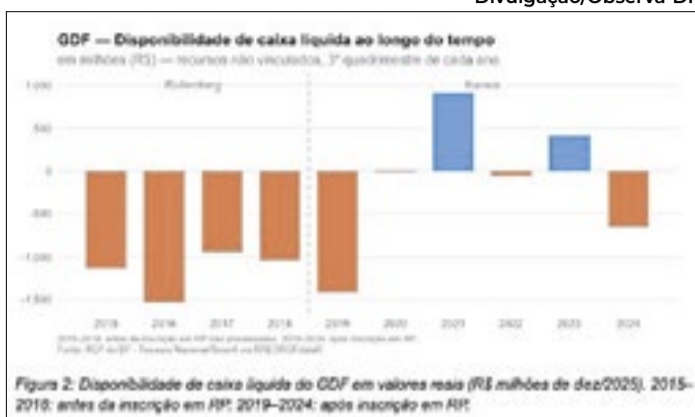


BRASILIANAS

Divulgação/Observa-DF



Disponibilidade de caixa líquida do GDF

DF opera sem margem fiscal e está vulnerável a choques

O Distrito Federal iniciou 2026 com um quadro fiscal que acende alertas. Estudo do Observa-DF, da UnB, mostra que o DF terminou 2024 com o quarto pior resultado do país em disponibilidade de caixa líquida, indicador que compara o dinheiro imediatamente disponível com as obrigações financeiras já assumidas.

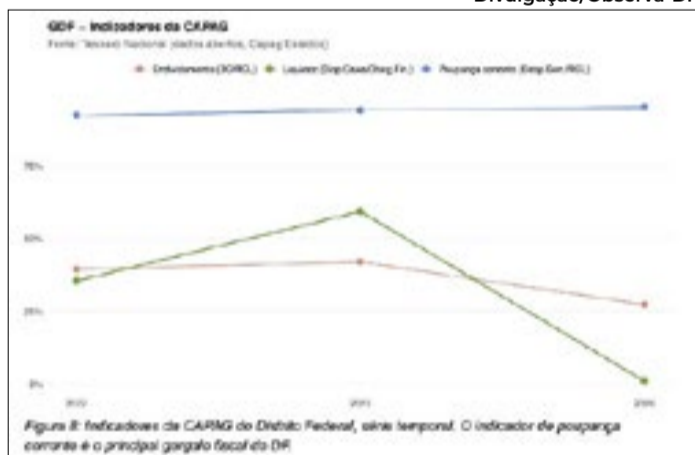
O saldo negativo revela que o governo chega ao fim do ano devendo mais do que consegue cobrir com recursos próprios, o que pressiona o fluxo de pagamentos e reduz a capacidade de resposta a imprevistos.

A série histórica reforça que o problema não é episódico. Entre 2015 e 2018, o caixa permaneceu negativo de forma contínua. De 2019 a 2024, houve oscilações, com breves momentos de recuperação, mas sem consolidação de uma trajetória de melhora.

O estudo aponta que o DF opera com poupança corrente mínima e gasta praticamente tudo o que arrecada, o que impede a formação de reservas e deixa o orçamento vulnerável a qualquer oscilação de receita.

Essa falta de margem fiscal se torna ainda mais relevante diante da crise do Banco de Brasília. O BRB enfrenta perdas bilionárias e pode exigir uma capitalização pesada do governo.

Divulgação/Observa-DF



Indicadores da Capag (Capacidade de Pagamento)

BRB vira risco fiscal, diz Observa-DF

A crise do Banco de Brasília se tornou o principal risco fiscal emergente para o Distrito Federal. Após a compra de carteiras de crédito do Banco Master, auditorias independentes apontaram perdas entre 8 e 13 bilhões de reais. A liquidação extrajudicial do Master pelo Banco Central agravou o cenário e levou o BRB a apresentar um plano de capitalização de até 8,9 bilhões de reais. O governo do DF, acionista controlador, propôs usar imóveis públicos como garantia para captar recursos destinados à recomposição do capital do banco.

O estudo do ObservaDF alerta que, embora o DF tenha baixo endividamento, não possui margem fiscal para absorver um choque dessa magnitude. O caixa está negativo, a poupança corrente é mínima e a capacidade de enfrentar imprevistos é reduzida. Uma capitalização pesada pode elevar rapidamente a Dívida Consolidada Líquida e pressionar a classificação CAPAG, que já está em nota C, impedindo o DF de contratar novos empréstimos com garantia da União.

POR WILLIAM FRANÇA

Paradoxo do Fundo Constitucional

Mesmo com repasses recordes do Fundo Constitucional, o DF encerrou 2024 com caixa negativo. O estudo do ObservaDF mostra que o FCDF alcançou R\$ 25,7 bilhões em 2025, valor que representa cerca de 40% do orçamento distrital. Ainda assim, a folga financeira não aparece.

A explicação está na rigidez do gasto. A maior parte do orçamento é comprometida. As despesas de segurança, saúde e educação — justamente as financiadas pelo FCDF — são grandes, permanentes e difíceis de reduzir. Some-se a isso a folha de pagamento e o custeio da máquina pública, e o resultado é um orçamento engessado.

Como essas rubricas têm pouca flexibilidade, o aumento da receita não se converte em melhora da liquidez.

O relatório aponta que a composição da receita do DF permaneceu estável ao longo da última década. O problema não é arrecadação insuficiente, mas a dificuldade de ajustar despesas e administrar o fluxo de pagamentos. O resultado é um paradoxo fiscal: muito dinheiro entra, mas pouco sobra.

O nó da despesa com pessoal no DF

A despesa com pessoal do DF permanece estável em termos reais há quase uma década, mas isso não significa que o orçamento tenha folga. O estudo do ObservaDF, da UnB, mostra que a folha de pagamento tem pouca variação, enquanto a Receita Corrente Líquida oscila de forma significativa.

Essa combinação faz com que, em períodos de queda de arrecadação, o indicador de gasto com pessoal suba rapidamente, pressionando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Durante o governo Rollemberg, o DF operou próximo ou acima do limite prudencial, o que restringiu reajustes e contratações. Na gestão Ibaneis, o indicador recuou, mas sem abrir espaço estrutural. [A poupança corrente permanece acima de 95%, o que significa que quase toda a receita é consumida por despesas do dia a dia. Sobra pouco para investimentos, amortização de dívidas ou formação de reservas.

O estudo destaca que o problema não é o tamanho da folha, mas a rigidez do gasto.



Após quatro anos, barragem volta a transbordar

Barragem de Santa Maria volta a transbordar

Reservatório atinge capacidade máxima e indica recuperação

Por Isabel Dourado

A Barragem de Santa Maria, localizada no Parque Nacional de Brasília, é fundamental por ser um dos principais mananciais de água potável do Distrito Federal, abastecendo cerca de 20% a 29% da população. Após quatro anos, a Barragem voltou a transbordar nesta semana, marcando um momento positivo para a segurança hídrica do DF. O transbordamento ocorre quando o reservatório atinge sua capacidade máxima e o excedente de água ultrapassa o limite. O transbordamento não ocorria desde abril de 2022 e indica a recuperação consistente do manancial.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), os reservatórios do Descoberto e Santa Maria, juntamente com o lago Paranoá, são os mais relevantes do DF. O reservatório do Descoberto abastece cerca de 64% da população de Brasília. O reservatório de Santa Maria integra o sistema Torto/Santa Maria, que abastece cerca de 19% da população de Brasília. Já o Lago Paraná é um reservatório de usos múltiplos, cuja operação é acompanhada pelos níveis altimétricos.

A barragem de Santa Maria se destaca pela alta qualidade da água, explicada pelo fato de o reservatório se localizar em uma área de difícil acesso dentro de um parque protegido. O retorno do transbordamento

reflete não apenas o aumento dos níveis de armazenamento, mas também maior estabilidade no abastecimento para a população de Brasília.

De acordo com a Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal), o resultado é fruto da combinação entre a recuperação dos volumes de chuva e as ações estruturantes adotadas pela Companhia nos últimos anos, como a integração dos sistemas de abastecimento, o aumento da capacidade de produção de água e a redução de perdas na distribuição.

Mesmo com o volume expressivo, cerca de 61 bilhões de litros, equivalente a aproximadamente 25 mil piscinas olímpicas, o Santa Maria detém uma bacia hidrográfica menor que a do Descoberto, o que torna sua recuperação natural mais lenta.

De acordo com o presidente da Caesb, Luis Antonio Reis, a barragem de Santa Maria desempenha um papel fundamental como “reserva estratégica”, oferecendo um recurso de alta qualidade, já que está protegida de usos humanos. “Santa Maria funciona como o nosso cofrinho. É uma brincadeira que a gente faz, porque o deixamos bastante cheio. A água do reservatório de Santa Maria é muito clara, muito limpa. Ele está no meio do Parque Nacional, onde não há uso humano no entorno, o que ajuda a preservar o reservatório e aumentar a resiliência do Distrito Federal.”